

A nau *São Bento*, em que Camões embarcou para a Índia, em 1553, na armada de Fernão Álvares Cabral.

## Camões em Macau Um Mito Historiográfico

RUI MANUEL LOUREIRO\*

Os controversos episódios do naufrágio de Luís de Camões no Mar do Sul da China e da sua hipotética residência em Macau têm feito correr rios de tinta desde há mais de um século. Nem sempre com grande proveito ou exemplo. Mas continuam, decerto, a merecer alguma atenção, mesmo sem qualquer intenção de inovar em tão debatido campo, pois não surgiram recentemente quaisquer documentos inéditos que permitam reformular toda a problemática. Uma nova tentativa de balanço da questão, que aqui se ensaia, justifica-se pela persistência de determinados mitos historiográficos e, também, pela eventual ligação pessoal e literária do grande poeta português ao Celeste Império.<sup>1</sup>

A obra máxima da literatura portuguesa – *Os Lusíadas* (Lisboa, 1572) – não é, nem pretende ser, um tratado de geografia, uma crónica histórica ou um relato de actualidade, apesar da riqueza das informações

geográficas que contém<sup>2</sup> e da complexa relação que estabelece com determinados episódios da história de Portugal ou com acontecimentos ocorridos nas décadas imediatamente anteriores à sua feitura.<sup>3</sup> Luís de Camões, na resenha de geografia asiática incluída no canto X da sua celebrada epopeia, menciona a China, como não poderia deixar de ser. À data em que a obra foi pela primeira vez impressa nos prelos lisboetas, aquele longínquo território asiático era bem conhecido em Portugal, graças a notícias acumuladas nos meios ultramarinos portugueses, ao longo de mais de meio século de assíduos contactos mantidos por comerciantes, missionários e aventureiros.

A principal referência de Camões à China encontra-se numa estância do canto X de *Os Lusíadas*: “Aqui o soberbo imperio, que se afama Com terras, & riqueza não cuidada, Da China corre, & ocupa o senhorio Desdo Tropico ardente ao Cinto frio.”<sup>4</sup>

O Poeta celebra a grandeza das coisas da China, ilustrada pela enorme extensão do litoral sínico, que

Página anterior: “Camões na Gruta de Macau”, litografia a partir da pintura original de Francisco Metrass, 1866.

## HISTORIOGRAFIA

abrange várias zonas climáticas. Sublinha ainda a fama de incalculável riqueza deste império oriental, bem como a sua ostensiva, e então bem conhecida, política de isolamento. O Celeste Império é ainda mencionado três outras vezes na epopeia camoniana,<sup>5</sup> mas sempre de uma forma rápida e pontual. Ao encontrar estas referências, o leitor mais atento de *Os Lusíadas* ficaria apenas na posse de noções perfeitamente banais sobre a maior potência da Ásia Oriental. Estas ideias gerais sobre o Império do Meio poderiam muito facilmente ter sido adquiridas por Camões durante a sua demorada estadia na Índia, sem recurso a quaisquer meios de informação especiais, apenas através de notícias orais recolhidas junto de portugueses com conhecimento do terreno. De modo algum as notícias que nos transmite sobre a China implicam uma obrigatória visita ao litoral chinês.

A biografia oriental de Camões, assim como a de quase todos os seus contemporâneos menos ilustres, é pouco conhecida, pois deixou escassos traços documentais. Apesar da sua posterior fama, o Poeta não era uma personagem que suscitasse as atenções dos escritores do seu tempo, mais interessados, regra geral, em seguir e registar a carreira dos grandes e poderosos. Contudo, sabemos com razoável segurança que terá vivido em alguns dos estabelecimentos portugueses da Ásia, e nomeadamente em Goa, entre 1553 e 1569, dedicando-se a uma vida militar mais ou menos nómada, tão característica dos portugueses do seu tempo e condição. À quase completa ociosidade e relativa miséria do tempo das chuvas, que na Índia se prolongava de Junho a Setembro, seguia-se uma agitado período de campanhas militares intensas e de incessantes viagens marítimas, que se podiam desenvolver em qualquer ponto dos mares orientais onde existisse um estabelecimento português ou onde os portugueses detivessem interesses económicos ou estratégicos.<sup>6</sup>

A fortuna literária tardia do Poeta obrigou os historiadores a improvisarem as suas fontes, recorrendo à exegese da vasta produção textual camoniana – que, para além de duas cartas, é composta exclusivamente por obras de carácter imaginativo –, no sentido de tentarem suprir os muitos vazios biográficos. Como resultado deste processo, continuam a proliferar ainda hoje as mais variadas fantasias sobre a vida de Luís de Camões. Muitas delas, aliás, baseadas em interpretações abusivas de passagens menos transparentes da épica ou

da lírica camonianas.<sup>7</sup> Mas, como já foi afirmado, “o seu trajecto humano e sentimental permanece cheio de sombras, não bastando a sua poesia para o esclarecer na íntegra.”<sup>8</sup>

A biografia de Camões apresenta três pontos de ligação à China, todos eles hipotéticos, uma vez que não são suportados por qualquer base documental minimamente segura. Primeiro, a nomeação de Camões, em data incerta, para um cargo administrativo menor, numa das viagens à China anualmente atribuídas pela Coroa portuguesa a súbditos seus, em recompensa de serviços prestados. Depois, o naufrágio do Poeta no Mar do Sul da China, durante a referida viagem, fosse à ida, fosse à volta. Finalmente, a mais ou menos demorada estadia do autor de *Os Lusíadas* num dos portos do litoral chinês frequentados pelos portugueses em meados do século XVI, talvez Macau. Estes três tópicos admitem ainda variantes menores. O cargo administrativo poderia ser o de provedor dos defuntos ou o de provedor-mor dos defuntos. Por ocasião do naufrágio, ocorrido quer no litoral do Camboja, junto à foz do Mekong, quer ao largo da Cochinchina, nos chamados “baixos do Parcel”, Camões teria milagrosamente salvo o manuscrito da sua epopeia, no qual então trabalhava afincadamente. Teria ainda perdido nesse naufrágio uma moça chinesa que com ele viajava, fosse simples serviçal, fosse donzela amada. E, durante a sua estadia no litoral chinês, residira no recém-fundado estabelecimento de Macau, onde compusera parte do seu Poema. Verificamos, pois, que o episódio biográfico de Luís de Camões que envolve uma hipotética ligação à China possui elementos dramáticos suficientes para contentar a mais exigente imaginação romanesca. Mas que tipo de vestígios documentais sustentam todas estas eventualidades?

A hipótese de Camões ter naufragado nos mares da China baseia-se fundamentalmente numa passagem do canto X de *Os Lusíadas* que afirma a propósito do rio Mekong:

“Este receberá placido & brando,  
No seu regaço os cantos, que molhados  
Vem do naufragio triste, & miserando,  
Dos procelosos baxos escapados:  
Das fomes, dos perigos grandes [...]”<sup>9</sup>

Se os ‘cantos molhados’ remetem inequivocamente para o manuscrito de *Os Lusíadas*, a

## HISTORIOGRAPHY



Retrato de Camões - "Fernão Gomes fez em Lx", 1570.

interpretação dos restantes versos já é mais problemática, e tem sido vivamente discutida. Adiantando um pouco ao argumento final, parece-me claro que, a haver nestes versos qualquer referência a um “naufrágio triste, & miserando”, essa catástrofe teria ocorrido nos “procelosos baxos”, localizados em parte indefinida do Mar do Sul da China. Subsequentemente, o grande rio indochinês “placido & brando” teria recebido no “seu regaço” o naufrago, ou antes, os naufragos, “escapados: / Das fomes, dos perigos grandes”. Ou seja: Camões, naufragando algures nos mares compreendidos entre o litoral da China e o Golfo do Sião, teria posteriormente arribado a algum porto seguro do delta do Mekong, trazendo consigo os cantos molhados, isto é, o manuscrito – ou parte dele – de *Os Lusíadas*.

O naufrágio camoniano, apenas sugerido na edição de *Os Lusíadas* de 1572, rapidamente ganhou consistência e foros de realidade na literatura impressa dos séculos XVI e XVII. Na edição do Poema datada de 1584 – escassos anos após a morte do seu autor,

ocorrida em 1580 –, um comentário marginal à estância 80 do canto VII afirmava: “O Camões andando na India, começando a fortuna favorecello, e tendo algum fato ja de seu, perdeose na viagem que fez pera a China”. E a mesma nota anónima acrescentava que o Poeta, por ocasião dessa perdição, composera “aquelle Cancioneiro, que diz: Sobre os rios que vão per Babylonia, &cet.”<sup>10</sup> O naufrágio de Camões, que agora se concretiza, teria ocorrido, segundo a mais antiga referência impressa ao assunto que se conhece, numa viagem de ida para a China, algures em parte incerta dos extensos mares extremo-orientais, mas não necessariamente junto à foz do rio Mekong, nem no litoral do Camboja.

Repare-se, de passagem, que um naufrágio ocorrido durante a ida para a China teria impedido o Poeta de concretizar a viagem, pelo menos nesse ano. O calendário das ligações marítimas entre Malaca e o litoral chinês era extremamente rigoroso, em virtude do sistema de monções que regulava estas expedições. A partida de Malaca ocorria sobretudo durante os meses de Abril e Maio, para uma jornada que duraria cerca de um mês. Uma largada tardia faria aumentar os riscos de insucesso e mesmo de naufrágio. Pode-se até especular se a eventual perdição de Luís de Camões na eventual viagem de ida para a China poderia ter ocorrido em virtude de uma partida de Malaca fora de época. Adiante se retomará esta questão.

Anos mais tarde, desta vez na edição de *Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens* de 1613, um comentário da autoria de Manuel Correia<sup>11</sup> à estância 128 do canto X colocava os trágicos acontecimentos na viagem de regresso, declarando nomeadamente: “Mostra o Poeta como veyo ter a este reyno de Cambaya<sup>12</sup> vindo da China, onde esteve alguns dias tomãdo algum alento dos grãdes trabalhos, que naquella viagem da China passàra, e dos naufragios e baxos de que escapara, de que naquelles mares ha muytos, pela qual razão se não pode chegar a algumas partes daquella região. Chegando a India foy preso por mādado do Governador Francisco Barreto, pela fazenda dos defunctos, que elle trazia a seu cargo, porque foy a China por Provedor mor dos defunctos”.<sup>13</sup> As coisas complicam-se, pois neste comentário de inícios de Seiscentos apenas se afirma que o Poeta “escapara” de naufrágios e de baixos – o que não equivale necessariamente a um naufrágio –, indo

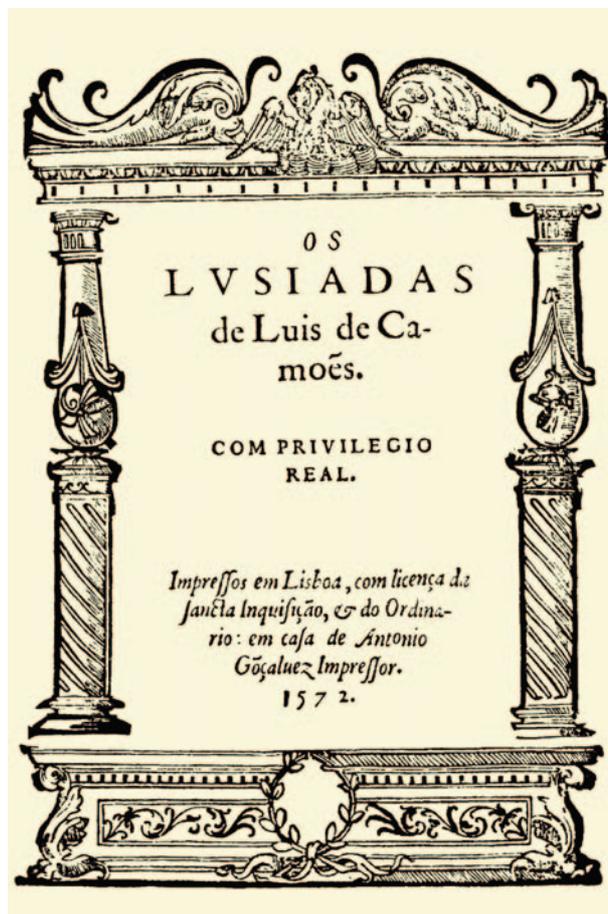
## HISTORIOGRAFIA

recuperar dos muitos trabalhos da viagem alguns no litoral do Camboja. Agora, a escala no Mekong teria tido lugar durante uma viagem de regresso da China a Malaca. Por outro lado, uma nova questão se levantava. Segundo o comentário do licenciado Manuel Correia, o poeta Luís de Camões, empossado no cargo de provedor-mor dos defuntos na “viagem da China”, teria cometido irregularidades com a fazenda que lhe fora confiada, sendo aprisionado logo após o seu regresso à Índia por ordem de Francisco Barreto, que governou o Estado da Índia entre 1555 e 1558.<sup>14</sup>

Entretanto, na “Vida de Camões”, breve biografia que antecedia a citada edição de *Os Lusíadas* de 1613, Pedro de Mariz adiantava também, com a sua autoridade de primeiro biógrafo do Poeta, que este fora “por Provedor mór dos defunctos aas partes da China”, cargo em que fora provido pelo “Visorey” (note-se a discrepância) da Índia. E acrescentava: “Mas nem a enchente dos bens que laa grangeou, o pode livrar, que em terra não gastasse o seu liberalmente. E no mar perdesse o das partes em hum naufragio que padeceo terrivel, de que elle faz menção na octava 128, do Cãto 10”.<sup>15</sup> O naufrágio torna-se agora explícito, embora não haja ainda qualquer localização segura do episódio, nem no tempo, nem no espaço. Por outro lado, é confirmado o pretensio cargo exercido por Camões: “Provedor mór dos defunctos”.

A dúvida de Mariz em relação às anotações de Manuel Correia é evidente. Mas, ao referir-se deste modo a um período particularmente mal conhecido da vida do autor de *Os Lusíadas*, este comentarista contribuía de um modo significativo para o empolamento da ‘questão chinesa’ da biografia camoniana, definindo as suas duas componentes principais: o naufrágio algures nos mares da China e, dado novo e polémico, a nomeação para o cargo de provedor-mor dos defuntos nas partes da China. Pedro de Mariz era na época escrivão do arquivo régio, cargo que desempenhou desde 1605 até à sua morte, em 1615.<sup>16</sup> Teria tido conhecimento, no desempenho das suas funções, de documentos que comprovavam as suas afirmações? Se foi esse o caso, tais documentos não vieram, até hoje, à luz do dia.

Camões passou pelo Oriente quase despercebido. Talvez o seu estatuto social de pequena ou média fidalguia<sup>17</sup> e a natureza banal das funções



que terá desempenhado bastem para explicar o silêncio da documentação coetânea, sem ser necessário invocar uma conspiração de silêncio. Da sua relativamente longa estadia na Índia, quase nenhuns vestígios restaram nas fontes desses anos, sendo talvez de salientar a impressão da ode que dedicou ao Conde de Redondo nas primeiras páginas da edição goesa dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, datada de 1563, da autoria do seu amigo e contemporâneo doutor Garcia de Orta.<sup>18</sup> Mas, se é mais ou menos pacífico afirmar que Camões, durante os anos vividos na Ásia, teria realizado uma viagem a parte indeterminada do Extremo Oriente – e lembremos que esta particular noção geográfica abrangia uma extensa área que se estendia para leste de Malaca, desde a China e o Japão até às Ilhas Molucas –, é impossível afirmar concretamente que regiões específicas terá ou não visitado, e se de facto esteve ou não na China, ou mais concretamente em Macau.

Porém, a tradição da viagem à China e respectivo naufrágio rapidamente se difundiria e vulgarizaria, sem entretanto ser confirmada por qualquer fonte documental. Em 1624, na sua *Vida de Luís de Camões*, Manuel Severim de Faria afirmava que o governador Francisco Barreto, “o mandou prender, e desterrou para a China no ano seguinte de 1556”.<sup>19</sup> Pela primeira vez se definia o ano da partida de Camões para as partes do Extremo Oriente, embora os dados fossem confundidos, pois agora a prisão ocorria à partida e não à chegada a Goa. Contudo, embora a referência a Francisco Barreto, que, como vimos, governou o Estado da Índia entre 1555 e 1558, seja verosímil, deve notar-se que a China, muito embora estivesse situada nas margens mais extremas das áreas de influência portuguesa no Oriente, não era uma típica região de *desterro*, inóspita e de onde não haveria fuga possível. Antes pelo contrário.

Em tempos de Camões, a China era uma longínqua região de fronteira, para onde se dirigiam precisamente muitos dos portugueses que tinham problemas com as autoridades do Estado da Índia e a elas pretendiam escapar.<sup>20</sup> E para lá rumavam todos os aventureiros que tentavam fazer fortuna rápida, atraídos pelas notícias de riqueza e prosperidade de lá oriundas. O *desterro* de Camões, quanto muito, podia ser uma forma poética de Severim de Faria referir o seu embarque como homem de armas num dos muitos navios que, cada ano, partiam dos portos do litoral ocidental do Indostão em direcção aos mares extremo-orientais. Neste contexto, Camões poderia, por exemplo, ter participado na “viagem de Maluco”, como sugere Manuel Severim de Faria,<sup>21</sup> ou na “viagem da China”, as duas principais carreiras regulares que depois de meados do século XVI ligavam Goa às regiões da Ásia Oriental.<sup>22</sup> Por outro lado, Severim de Faria ecoava na sua biografia camoniana algumas das anteriores afirmações de Pedro de Mariz. Com efeito, ao descrever a viagem do Poeta, adiantava que este, ao costear o Camboja, se perdera nas paragens da foz do Mekong. “Aqui deu a sua nau em uns baixos, onde se fez em pedaços, padecendo todos um miserável naufrágio: Luís de Camões se salvou em u[m]a tábuca”.<sup>23</sup> Pela primeira vez o naufrágio de Camões era localizado no litoral do Camboja, na foz do grande rio asiático. E vemos, também pela primeira vez, desenhar-se a imagem paradigmática, e de cunho clássico, do Poeta

escapando a nado de uma terrível catástrofe marítima, com o manuscrito da sua epopeia a salvo numa das mãos.<sup>24</sup>

Escassos anos mais tarde, um outro comentador da obra camoniana, o erudito Manuel de Faria e Sousa,<sup>25</sup> retomaria esta versão na sua edição comentada de *Os Lusíadas*, impressa em 1639: “nuestro poeta viniendo de la China, adonde avía ido

*A biografia de Camões  
apresenta três pontos  
de ligação à China, todos eles  
hipotéticos, uma vez que não  
são suportados por qualquer  
base documental  
minimamente segura.*

por proveedor mayor de los difuntos, se perdió en la mar, i salio en esta tierra, salvando del naufragio este Poema que traia como Cesar em semejante travajo sus comentarios”.<sup>26</sup> Assim, como se pode constatar, a formação da imagem do naufrágio camoniano é tardia, seiscentista, resultando de uma sobreposição de comentários que vão repetindo o modelo original enunciado por Manuel Correia e Pedro de Mariz, com sucessivas variantes e inevitáveis acrescentos. Quem conta um conto... Uma exegeta moderna confirma: “É a partir deste momento, creio, que o ‘canto molhado’ de Camões se transforma no canto salvo das águas dos seus exegetas”.<sup>27</sup>

Mas, mais do que traçar a genealogia dos mitos associados a Luís de Camões ou fazer a história das sucessivas leituras de *Os Lusíadas* – objectivos completamente alheios a este trabalho –, interessa-nos aqui determinar, se possível, o grau de historicidade da ligação do poeta Luís de Camões à China.<sup>28</sup>

## O NAUFRÁGIO

Como já foi referido, o ponto de partida para todas as especulações sobre o naufrágio camoniano são as estâncias 127 e 128 do canto X de *Os Lusíadas*. Tudo o

## HISTORIOGRAFIA

resto são hipóteses e conjecturas mais ou menos arrojadas, avançadas sem qualquer fundamento documental, depois da morte de Camões, por comentadores ou investigadores do universo camoniano. É possível que nas mencionadas estâncias de *Os Lusíadas* haja uma ambígua referência a um naufrágio do Poeta ocorrido algures nos “procelosos baixos” dos mares da China. Mas apenas a posterior celebridade do seu autor justifica o investimento retrospectivo dos biógrafos camonianos neste polémico episódio.

A verosimilhança histórica do eventual naufrágio de Camões é perfeitamente admissível, se tivermos em conta as condições de navegação no Mar do Sul da China em meados do século XVI. Conhecem-se numerosos casos de navios portugueses que naufragaram na viagem entre Malaca e a China, quer na jornada de ida, quer na de volta. Uma partida tardia daquela cidade malaia, já fora da monção apropriada, era suficiente para deitar a perder toda a viagem. Cite-se apenas o caso do padre Francisco Xavier, que nas



O Governador Francisco Barreto, in *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa.

vésperas da sua partida para o Japão, em Janeiro de 1549, escrevia de Cochim, a propósito do caminho que teria de percorrer entre Malaca e o litoral chinês, que era uma jornada “de muchos y grandes peligros de muerte, de grandes tempestades, de vientos, de baxos y de muchos ladrones: quando de quatro navíos los dos se salvan es grande acierto.”<sup>29</sup>

Porém, se o naufrágio camoniano não oferece problemas do ponto de vista da sua verosimilhança, o mesmo não se pode dizer da eventual localização do mesmo, que não foi até hoje apurada com segurança. Foi já sugerido que Luís de Camões viajaria a bordo do navio de Leonel de Sousa que, em finais de 1558 ou princípios do ano seguinte, de acordo com este último, naufragou no “guollfão da china numa baxa”,<sup>30</sup> quando regressava do Japão a Malaca, depois de usufruir de uma das famosas e rentáveis “viagem do Japão”. O local do naufrágio deste capitão, comprovado documentalmente com a maior segurança, pode ser determinado com rigor: Leonel de Sousa perdeu-se nos chamados Ilhéus ou Baixos dos Parcéis, designação que nos séculos XVI e XVII era utilizada pela literatura náutica portuguesa – e por pilotos e marinheiros também – para designar uma enorme cadeia de recifes e baixios que se estendem ao largo do litoral meridional da China, numa direcção aproximada norte-sul.<sup>31</sup>

Em princípios deste século, um prolífico estudioso de temas ultramarinos, sem conhecer – ou pelo menos sem citar – a passagem do *Livro de Marinharia* de Gaspar Moreira que identifica o exacto local do naufrágio de Leonel de Sousa,<sup>32</sup> colocou-o acertadamente nos Ilhéus dos Parcéis, com base numa hábil dedução das evidências documentais então ao seu dispor: “sou levado a crer que o naufrágio se terá dado na parte fronteira ao golfo de Tonquim, a sueste, num dos paralelos que cortam o norte do reino de Annam, ou mais precisamente, num dos baixos do archipelago a que as antigas cartas geographicas davam o nome de *Ilhas do pracel, baixos de parcell*”.<sup>33</sup> Até aqui, tudo bem. Contudo, logo de seguida, o mesmo historiador sugeria, de um modo algo arbitrário, que o trecho do verso camoniano “procelosos baixos”<sup>34</sup> continha um erro, e que se deveria de facto ler “pracelosos baixos”, expressão que remeteria inequivocamente para “pracel” ou “parcell”.<sup>35</sup> Deste modo, o naufrágio “triste, & miserando” do Poeta poderia com segurança identificar-se com o de Leonel de Sousa. A coincidência

cronológica e geográfica seria prova mais do que suficiente. Mas não há qualquer fundamento documental para supor que o autor de *Os Lusíadas* viajaria a bordo da nau do célebre capitão algarvio. Trata-se de pura especulação, que aliás foi já devidamente criticada.<sup>36</sup>

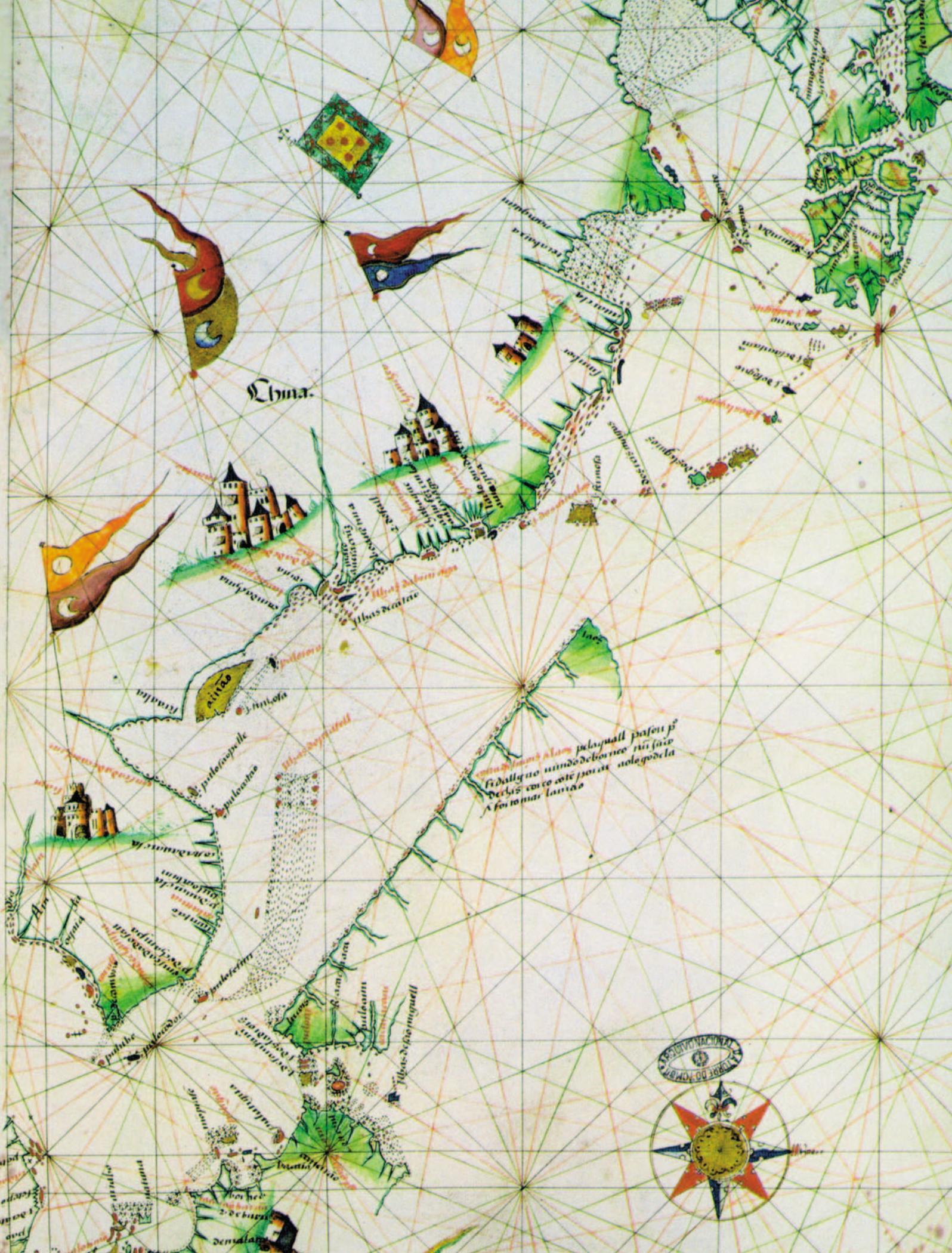
Várias colectâneas poéticas do tempo de Camões, que até aos nossos dias apenas circularam em manuscrito, foram recentemente publicadas, contribuindo com novos elementos para o esclarecimento da questão do naufrágio.<sup>37</sup> Assim, no *Cancioneiro de Cristovão Borges*, datado de 1578, uma parte das redondilhas camonianas “Sobre os rios que vão” aparece encimada pelo título “De L. de C. a sua perdição na China”. A data desta colectânea – concluída ainda em vida de Camões – realça sobremaneira a sua importância documental, colocando-a como a mais antiga referência à questão que aqui nos prende. Repare-se, contudo, que “perdição” não equivale necessariamente a naufrágio, como já foi observado.<sup>38</sup> Por sua vez, no *Cancioneiro da Real Academia de la Historia* de Madrid, que poderá ser um pouco mais tardio, pois contém já alusões à batalha de Alcácer Quibir, as mesmas redondilhas camonianas aparecem com a nota “O Psalmo super flumina, do mesmo Poeta o qual compos, indo para a China no qual caminho fez hum grande naufragio”.<sup>39</sup> Saliente-se que o testemunho destes cancioneiros manuscritos, coligidos ainda durante a vida de Camões, contribui para dar alguma credibilidade à tese do naufrágio camoniano.

Não interessa aqui determinar o exacto local onde as referidas redondilhas foram primeiro compostas, embora seja de realçar que alguma crítica camoniana mais recente afirma que os verso “Sobre os rios” foram redigidos em Lisboa, na fase final da vida do Poeta.<sup>40</sup> Mas se, de facto, por estes anos Camões esteve envolvido num desastre marítimo algures nos mares da China, é mais provável que tivesse naufragado numa viagem de Malaca para a China, antes de atingir esta última região, aportando subsequentemente ao litoral do Camboja – como pretende o *Cancioneiro da Real Academia de la Historia*. É pelo menos essa a conclusão que se pode tirar das escassas notícias contidas em *Os Lusíadas* sobre a Cochinchina, a China e o Japão, que parecem patentear um grande desconhecimento dessas regiões por parte de Camões, como foi em tempos observado por um estudioso destas questões.<sup>41</sup>

O delta do Mekong não era uma zona especialmente temida pelos mareantes, embora um dos roteiros do *Livro de Marinharia* de Gaspar Moreira advirta que nas suas proximidades “as emchentes e vazantes são muito rijas”.<sup>42</sup> Mas a rota normalmente seguida pelos navios portugueses entre Malaca e a China não se aproximava do Mekong. As embarcações com destino ao litoral chinês partiam do estabelecimento português de Malaca em Abril ou Maio, fazendo regularmente uma escala em Patane, na costa oriental da Península Malaia, porto onde, pelo menos desde 1533, se comprava a carga de pimenta que seria vendida nos portos da China. Daí, atravessando o Golfo do Sião para nordeste, rumavam directamente à ilha de Pulo Condor, situada no litoral sudeste da Península Indochinesa, ao largo da fronteira entre o Camboja e o Champá. A partir de Pulo Condor a rota dos navios portugueses seguia em direcção a norte, ao longo da costa, contornando o litoral da Cochinchina até Pulo Catão, ilha situada na entrada meridional do Golfo de Tonquim. Rumavam então directamente às ilhas do litoral da província chinesa de Guangdong, onde chegavam em Maio ou Junho, depois de cerca de um mês de viagem, passando ao sul da grande ilha de Ainão.<sup>43</sup>

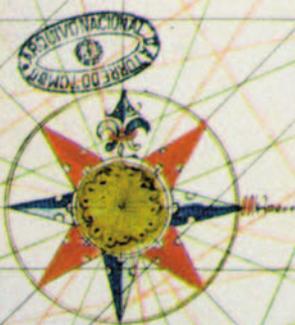
Mesmo quando a viagem era realizada dentro dos limites impostos pelo rigoroso calendário das monções, determinadas etapas não deixavam de ser perigosas, pela existência de baixios e pela frequente ocorrência de tempestades. Em 1548, ao descrever a navegação de Malaca para o Japão, o padre Francisco Xavier sublinhava que era “viage de muchos peligros así de tormentos grandes y de ladrones chinos que andão por aquel mar a furtar donde se pierden muchos navios”.<sup>44</sup> O naufrágio de Camões é pois inteiramente verosímil no contexto da navegação portuguesa nos mares extremo-orientais, se dermos como provado que, de facto, participou numa viagem à China. Mas se Camões, de facto, naufragou durante essa viagem, é pouco provável que esse episódio tivesse ocorrido no delta do Mekong. O litoral da Cochinchina seria o local mais provável. E nesse caso, teriam então os naufragos demandado o delta do Mekong para, a partir dos portos aí situados, tentarem regressar a Malaca na primeira oportunidade.

Um outro testemunho veio complicar ainda mais o problema do naufrágio, desta vez devido a um escritor tão bem documentado como Diogo do Couto, o



China.

omnium domus a lais peliquall passu p  
fidalliguo mundo de bono no ni suo  
dehis coico ate potat uolegoda  
A fou tonat lamias



célebre cronista das *Décadas da Ásia*, continuador de João de Barros.<sup>45</sup> Com efeito, na versão extensa da sua *Década VIII*, concluída por volta de 1614 ou 1615 (e que apresenta variantes significativas relativamente ao resumo da mesma obra impresso em Lisboa em 1673), Diogo do Couto relata o seu encontro com Luís de Camões em Moçambique, durante uma viagem que em 1569-1570 fez ao Reino, única interrupção de uma longa estadia no Oriente, onde viveu desde cerca de 1559 até à sua morte em Goa em 1616.

O Poeta, grande amigo e companheiro de Couto, vivia então da caridade alheia naquela fortaleza portuguesa da África Oriental, onde esperava passagem para Portugal. E o autor das *Décadas da Ásia* explica as razões desta situação confrangedora: “por estar muito pobre porque da viagem que fez à China por provedor dos defuntos que lhe o governador Francisco Barreto deu, vindo de lá se foi perder na costa de Sião, onde se salvarão todos despidos e o Camões por dita escapou com as suas *Lusiadas* como elle diz nellas e aly se lhe afogou huma moça china que trazia muito fermosa com que vinha embarcado e muito obrigado; e em terra fez sonetos à sua morte, em que entrou aquelle que diz:

Alma minha gentil que te partiste  
tam cedo desta vida descontente  
repousa tu no Ceo eternamente  
e viva eu qua na terra sempre triste

A esta chama elle e[m] suas obras Dinamene.  
Aly fez, tambem aquella grave e docta canção que começa:

Sobre os rios que vão  
por Babilonia me achei,  
aly assentado chorey  
alembando-me Sião  
e quanto nelle passei”.<sup>46</sup>

Como se pode verificar, o texto de Diogo do Couto coloca mais problemas do que aqueles que resolve. Em primeiro lugar, Camões teria sido nomeado para o cargo de provedor dos defuntos pelo governador Francisco Barreto. Em segundo lugar, teria nessas funções visitado os portos da China. De seguida, durante a viagem de regresso naufragara nas costas do Sião, conseguindo salvar da tragédia o manuscrito das “suas *Lusiadas*”. Finalmente – dado completamente novo na biografia camoniana – Diogo

do Couto afirmava que o Poeta teria perdido nesse naufrágio “huma moça china”, que com ele viajava, e da qual vinha “muito obrigado”. Posteriormente, Camões teria dedicado dois famosos sonetos a esta enigmática chinesa.

Desde a sua divulgação em 1917, numa comunicação à Academia das Ciências de Lisboa,<sup>47</sup> o manuscrito portuense da *Década VIII* chamou imediatamente a atenção dos camonistas, pois a

*Porém, se o naufrágio  
camoniano não oferece  
problemas do ponto de vista  
da sua verosimilhança,  
o mesmo não se pode dizer  
da eventual localização  
do mesmo, que não foi até  
hoje apurada com segurança.*

passagem referida continha factos relativos à biografia de Camões completamente desconhecidos dos investigadores. Mais recentemente, uma outra cópia manuscrita da versão extensa da mesma *Década* coutiana foi assinalada em Madrid. Nem todos os investigadores que analisaram os manuscritos – ou sobre os mesmos se pronunciaram – aceitam a sua atribuição incondicional a Diogo do Couto. Sobretudo aqueles que se têm dedicado ao estudo da história da presença portuguesa na Ásia Oriental, uns pronunciando-se rotundamente contra a autenticidade da versão extensa e manuscrita da *Década VIII*,<sup>48</sup> outros considerando-a uma compilação tardia, feita com base em papéis originais do cronista português, mas muito acrescentada por outro ou outros autores. Foi mesmo sugerido que a passagem relativa a Camões contida na obra de Diogo do Couto seria uma interpolação tardia, inatribuível ao historiógrafo das *Décadas da Ásia*, tão avesso na sua obra a tais comentários de ordem pessoal.<sup>49</sup>

O exaustivo estudo efectuado pela editora da versão extensa da *Década VIII* comprovou, de forma inequívoca, a respectiva autenticidade: Diogo do Couto

Página anterior: Carta anónima do Extremo Oriente, cerca de 1560, que figura no *Livro de Marinharia*, de João de Lisboa.

## HISTORIOGRAFIA

foi efectivamente o autor deste manuscrito, devendo-se o episódio camoniano – que aqui nos interessa – à sua prolixa pena.<sup>50</sup> Não haveria qualquer razão para duvidarmos da palavra coutiana nestas circunstâncias, tanto mais que as eventuais incongruências detectadas pela crítica no trecho dedicado a Camões se teriam ficado a dever ao facto de Diogo do Couto ter redigido este manuscrito em 1614-1615, mais de cinquenta anos depois de terem ocorrido os acontecimentos nele relatados.<sup>51</sup> Contudo, pormenor a que não tem sido atribuído o devido relevo, Diogo do Couto, antes de completar a redacção da versão original e extensa da sua *Década VIII* – terminada por volta de 1614-1615, como já foi referido – poderia ter tido acesso à edição comentada de *Os Lusíadas* de 1584, onde se liam precisamente as referências ao naufrágio de Camões durante a viagem à China e à composição algures no Extremo Oriente das redondilhas “Sobre os rios”. E, levando o raciocínio um pouco mais longe, Couto poderia mesmo ter compulsado a edição de *Os Lusíadas* de 1613, comentada por Manuel Correia, onde se afirmava que Camões fora à China no desempenho do cargo de provedor-mor dos defuntos. O cronista português, assim, poderia ter redigido a passagem da versão extensa da *Década VIII* referente ao seu amigo Luís de Camões com base em lembranças de um acontecimento ocorrido há mais de cinquenta anos, em 1569, complementadas com elementos recolhidos em sucessivas edições comentadas de *Os Lusíadas*.

O único dado novo introduzido por Couto na questão chinesa da biografia camoniana seria, então, a referência a Dinamene, a quem aliás o historiador chama “Dinamente”. Na sua viagem de regresso da China, Luís de Camões fazia-se acompanhar por uma “moça china que trazia muito fermosa”, a qual teria perecido no naufrágio sofrido pelo Poeta. Apenas a imensa autoridade documental de Diogo do Couto<sup>52</sup> confere credibilidade a este episódio. Mas, à partida, ele nada tem de inverosímil, desde que aceitemos que a companheira chinesa de Camões era de baixa condição social, como foi já sugerido.<sup>53</sup>

### DINAMENTES

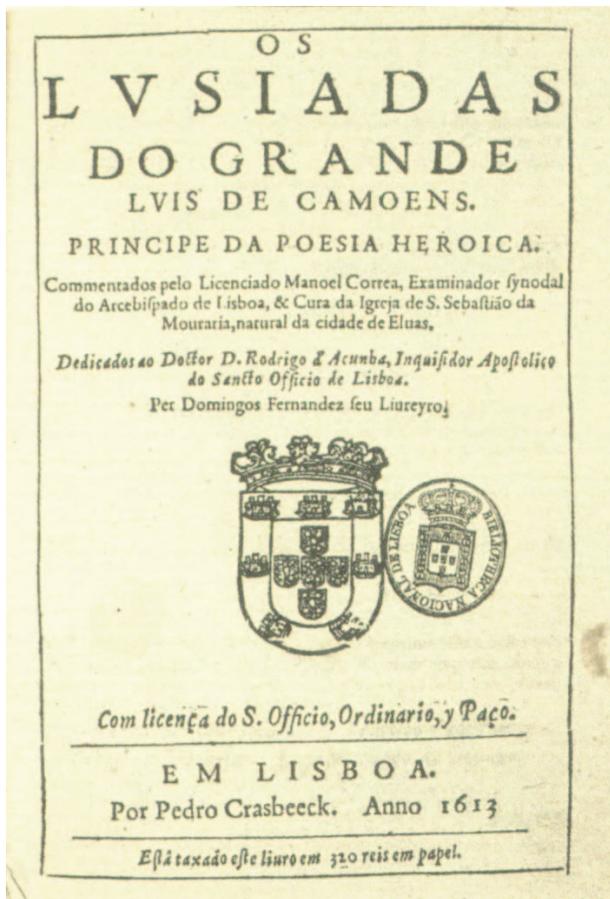
Por volta de 1555, os portugueses frequentavam habitualmente o litoral da China, datando precisamente desse ano as primeiras referências documentais portuguesas a Macau.<sup>54</sup> Nessas regiões,

contactavam diariamente com gente chinesa da orla meridional do império. Mas se as suas relações com os mais variados estratos sociais da população chinesa masculina estão bem documentados – desde os piratas que assolavam o litoral da China até aos altos funcionários administrativos das províncias de Guangdong e de Fujian que supervisionavam o tráfico marítimo –, pouco ou nada se consegue apurar sobre o convívio com elementos do sexo feminino, certamente confinado a chinesas das mais baixas camadas sociais. A moralidade chinesa de raiz confuciana, então em vigor, impunha às mulheres de elevada condição social uma vida de quase reclusão, proibindo nomeadamente quaisquer contactos com estrangeiros.<sup>55</sup> As senhoras chinesas apenas circulavam em Cantão, ou em outros portos visitados pelos portugueses, hermeticamente encerradas nas suas liteiras, transportadas a toda a velocidade por serviçais. Frei Gaspar da Cruz, um missionário dominicano que em 1556 visitou a cidade de Cantão, surpreendeu-se precisamente com este aspecto da vida quotidiana chinesa, observando a propósito no seu *Tratado das Cousas da China*: “São comumente muito recolhidas, de maneira que por toda a cidade de Cantão não aparecia nenhuma mulher, se não eram algumas estalajadeiras e mulheres baixas. E quando saem fora não são vistas porque vão nas cadeiras fechadas”.<sup>56</sup>

Por outro lado, na China da época era muito frequente as famílias mais necessitadas venderem ou alugarem, por tempo indeterminado, os serviços dos seus filhos ou filhas. Assim se resolviam problemas de ordem económica mais prementes.<sup>57</sup> Os portugueses rapidamente se aperceberam desta situação e, tal como o faziam em outras regiões da Ásia quando isso lhes convinha, adoptaram de bom grado os costumes locais, comprando ou alugando os serviços de chineses de ambos os sexos e de baixa condição. Encontramos referências documentais a moças ou moços chineses presentes em muitas das embarcações portuguesas que por aqueles anos navegavam nos mares da China, auxiliando os seus amos nas mais variadas tarefas. O próprio padre Francisco Xavier, em 1552, no seu leito de morte na ilha de Sanchoão, fora assistido por António, um serviçal chinês.<sup>58</sup>

Refira-se, de passagem, que este informal tráfico de serviçais contribuía para espalhar em determinados meios chineses e em determinadas regiões meridionais da China a crença de que os portugueses compravam

## HISTORIOGRAPHY



Frontispício de “Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens”, 1613.

moços e moças para os comerem. João de Barros, na sua *Década III*, confirma esta informação, ao mencionar que rumores que corriam em Cantão: “diziam que compravam moços, e moças furtadas, filhos de pessoas honradas, e que os comiamos assados”. Logo de seguida, o grande historiador quinhentista, numa posição tipicamente humanista, relativizava a atitude chinesa, atribuindo-a à escassez de contactos: “as quaes cousas elles criam serem assi, porque de gente que nunca tiveram noticia, e eramos terror, e medo a todo aquelle Oriente, não era muito crer-se que faziamos estas cousas, porque outro tanto cremos nós delles, e de outras nações tão remotas, e de que temos pouca noticia.”<sup>59</sup>

Não há pois nada de inverosímil na notícia transmitida por Diogo do Couto sobre a moça china que acompanharia Luís de Camões. Tal como tantos dos seus contemporâneos, o Poeta ter-se-ia adaptado voluntariamente aos costumes em vigor naquelas longínquas paragens asiáticas. A crítica histórica mais serena aceita de resto a existência de Dinamene como

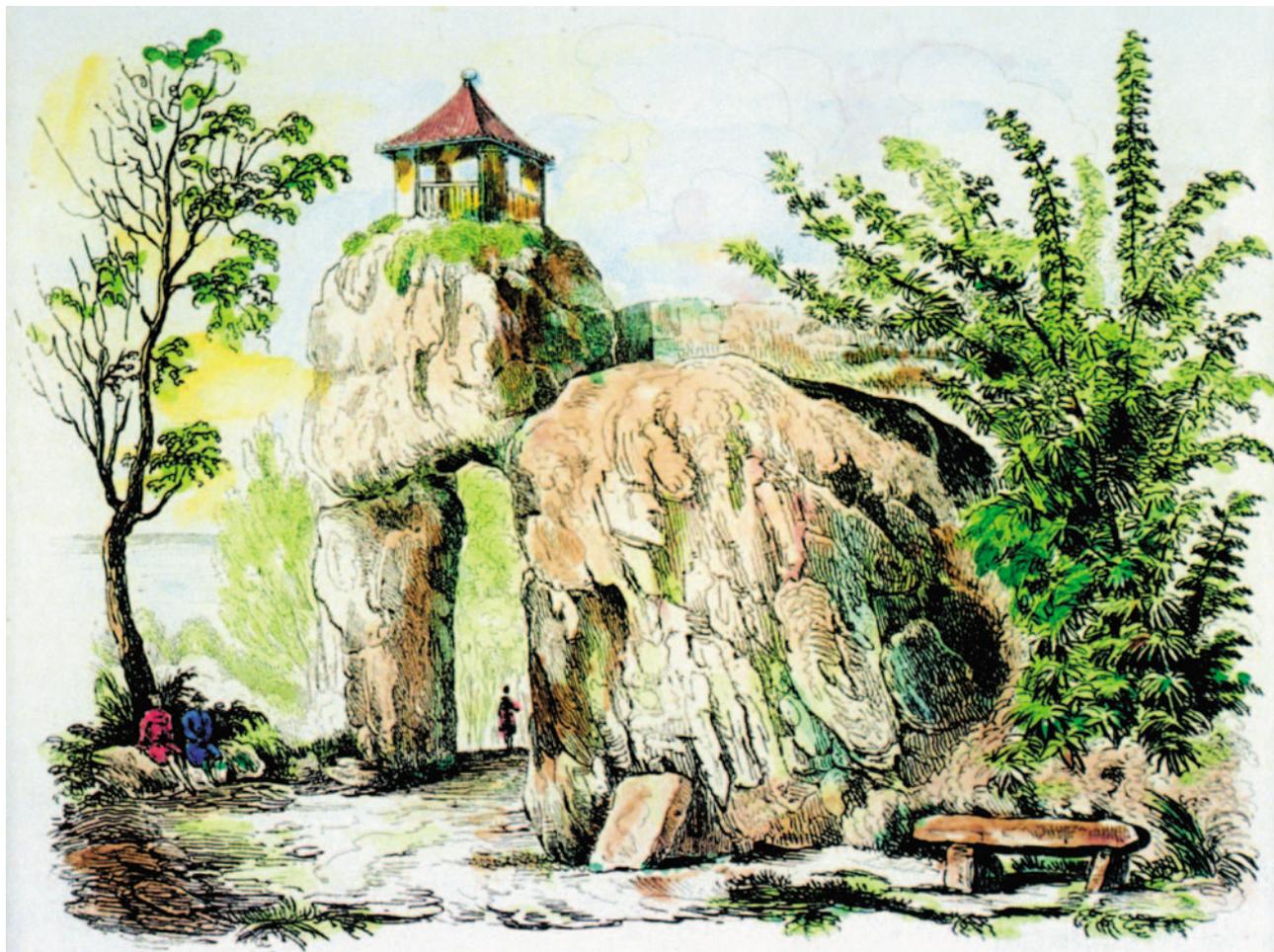
um facto comprovado, sugerindo, embora, o convencionalismo poético do nome, oriundo da literatura clássica.<sup>60</sup> Na realidade, não tem qualquer fundamento a tese sugerida por um investigador de que o nome Dinamene seria a transliteração camoniana do chinês *Ti-Nam-Men*,<sup>61</sup> não havendo mesmo “qualquer hipótese na existência desse nome em língua chinesa”.<sup>62</sup> Dinamene, no caso de ter efectivamente existido, seria uma rapariga *tanka*, pertencente ao numeroso grupo social chinês que vivia em embarcações nos mais diversos pontos do litoral da província de Guangdong, vivendo quase exclusivamente sobre as águas, dedicando-se à pesca e ao tráfico marítimo.<sup>63</sup>

Alguns autores recentes, movidos talvez por um puritanismo retrospectivo algo anacrónico, manifestaram a sua indignação perante a sugestão de o grande poeta Luís de Camões se ter de alguma forma relacionado com raparigas asiáticas de baixa condição, e de, inclusivamente, lhes ter podido dedicar composições poéticas de grande qualidade.<sup>64</sup> Mas o que é um facto é que a vida moral e sexual dos ultramarinos portugueses é uma realidade histórica ainda desconhecida, não tendo merecido até à data qualquer atenção da parte dos investigadores. A quase completa ausência de mulheres de origem europeia na Ásia do século XVI, explica a facilidade com que os portugueses se relacionaram intimamente com mulheres orientais. Se nem todos cometeriam os excessos daquele português que o padre Nicolau Lancilotto encontrou em Malaca em 1550, e que, para grande escândalo dos religiosos jesuítas sedeados naquela praça, “tinha vinte e quatro mulheres de varias castas, todas suas cativas e todas husava”,<sup>65</sup> é quase certo que as ligações sentimentais com asiáticas seriam frequentes entre soldados e mercadores portugueses, longos anos afastados do Reino.<sup>66</sup> Por isso, é perfeitamente banal, e inteiramente verosímil, do ponto de vista do quadro histórico geral da presença portuguesa na Ásia, que Camões viajasse acompanhado por uma moça chinesa. O problema das fontes de inspiração da sua poesia lírica, que tem feito correr tanta tinta, esse é já mais delicado, e ultrapassa o âmbito desta investigação.<sup>67</sup>

## CONCLUSÕES

Em toda a questão chinesa da biografia camoniana, apenas um ponto parece seguro. Luís de Camões, de acordo com a lógica institucional

## HISTORIOGRAFIA



Gruta de Camões. Gravura colorida à mão, não assinada, cerca de 1834. In *Os Cursos da Memória*, Leal Senado de Macau, 1995.

ultramarina, então em vigor no Estado da Índia, não poderia ter exercido o cargo de provedor-mor dos defuntos que primeiro lhe foi atribuído, como vimos, por Manuel Correia, comentador da edição de 1613 de *Os Lusíadas*. Um tal cargo apenas existia na capital do Estado da Índia, sendo normalmente exercido por licenciados em direito, habilitação que Camões não parece ter possuído, apesar da sua assombrosa erudição.<sup>68</sup> Mesmo em circunstâncias excepcionais, seria um posto demasiado importante para um simples soldado como o Poeta.

Quanto à hipótese de ter exercido o cargo de simples provedor dos defuntos numa viagem à China, também carece de fundamento. Não porque nessa época não existisse um estabelecimento português suficientemente estável no litoral chinês; desde 1520 que a Coroa concedia mercês de viagens à China, sem para isso necessitar do apoio de uma base portuguesa

em território do Celeste Império.<sup>69</sup> Mas o cargo era atribuição implícita do capitão-mor da “viagem do Japão”, como o prova um alvará real que em 1563 fazia mercê a João Mendonça de uma viagem à China e ao Japão: “o dito João de Mendonça servirá também na dita viagem asy á ida como á vinda, e nos ditos portos de Macao na China e Japão de provedor dos defuntos”.<sup>70</sup> Exactamente o mesmo afirmava, poucos anos mais tarde, o anónimo *Livro das Cidades e Fortalezas*, preparado em 1582: “São os ditos capitães mores juntamente provedores dos defuntos que morrem asy na viagem a ida & vinda como em Machao, o qual cargo lhes importa hum bom pedaço”.<sup>71</sup> E não consta que Luís de Camões tivesse exercido qualquer capitania em viagem ao Extremo Oriente. As listas de capitães-mores das viagens ao Japão nesta época são bem conhecidas,<sup>72</sup> e nelas não figura o nome do Poeta.

Uma passagem de uma carta de Leonel de Sousa, onde este afirma que durante uma das suas viagens à China “aynda a provedorya dos defuntos que os outros sempre levaram me tyraram ha mym”,<sup>73</sup> tem gerado alguma controvérsia, pois foi já defendido que, precisamente nessa jornada, o referido cargo de provedor dos defuntos teria sido atribuído a Luís de Camões.<sup>74</sup> Mas também esta hipótese carece totalmente de confirmação documental, pois a citada carta do capitão algarvio data de 15 de Janeiro de 1556 e refere-se a uma viagem à China que teve lugar em 1554, alguns anos antes da pretensa estadia de Camões naquelas paragens extremo-orientais.<sup>75</sup>

Luís de Camões poderia efectivamente ter visitado algumas regiões da Ásia Oriental, como Malaca, o Sião e as Molucas, entre 1556 e 1560, como pretendem os seus biógrafos. Mas não existe qualquer confirmação documental para essa hipotética viagem. Todas as afirmações nesse sentido se baseiam em extrapolações de carácter biográfico feitas a partir dos próprios escritos do Poeta, ou a partir de posteriores comentários aos mesmos. Nenhuma das muitas dezenas de cartas escritas no Oriente por volta destes anos, e que se referem a factos ocorridos nos mares da China, menciona o nome de Camões.

Um investigador observou mesmo, julgo que com razão, que Camões não conheceu nem visitou o litoral da China.<sup>76</sup> Por um lado, como foi anteriormente observado, as referências à China contidas em *Os Lusíadas* – ao contrário do que se passa com outras áreas geográficas asiáticas – são demasiado vagas e imprecisas para se basearem num conhecimento vivencial do Celeste Império. Por outro lado, Camões comete mesmo um erro informativo ao mencionar o imperador da China, que supõe, erradamente, ser eleito:

“Estes o Rey que tem não foy nacido  
Principe, nem dos pais aos filhos fica  
Mas elegem aquelle que he famoso  
Por caualeiro sabio & virtuoso”.<sup>77</sup>

Tratar-se-ia de um lapso imperdoável em alguém que tivesse visitado a China, ou alternativamente algum local onde circulassem notícias sobre esse império, como Malaca, por exemplo. Por volta de 1572, quando saiu dos prelos a primeira edição de *Os Lusíadas*, os portugueses frequentavam já o litoral da China há mais de meio século, e tinham tido oportunidade de recolher informações

detalhadas sobre os mais variados aspectos da realidade chinesa, incluindo as formas de governo e os métodos de sucessão imperial, informações essas que circulavam amplamente nos meios ultramarinos portugueses.<sup>78</sup>

Mas mesmo que Camões não tivesse visitado a China, a simples consulta de obras como a *Década III* de João de Barros, publicada em Lisboa em 1563, que dedicava vários capítulos à China,<sup>79</sup> ou como o

*Não há pois nada  
de inverosímil na notícia  
transmitida por Diogo  
do Couto sobre a moça china  
que acompanharia Luís  
de Camões.*

Livro IV da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, impresso em Coimbra em 1553, que incluía igualmente vários capítulos sobre a China,<sup>80</sup> permitir-lhe-ia obter rigorosas e actualizadas informações sobre numerosos aspectos da realidade chinesa, incluindo os mecanismos de funcionamento do poder político. Para já não falar do *Tratado das Coisas da China*, publicado em Évora em 1570, a que o Poeta também poderia ter tido acesso, e que era a mais vasta e exaustiva síntese sobre a China até então publicada na Europa, onde frei Gaspar da Cruz afirmava a propósito do imperador chinês: “O primeiro filho que lhe nasce de qualquer de suas mulheres, aquele sucede no reino.”<sup>81</sup>

Todas as referências quincentistas e seiscentistas citadas colocam o Poeta na China, e nunca em Macau. Manuel Severim de Faria foi o primeiro a estabelecer a ligação entre Luís de Camões e este estabelecimento português do litoral da China fundado por volta de 1555. Com efeito, na sua biografia do poeta anunciava que este em “Macau teve o officio de Provedor-mor dos defuntos”.<sup>82</sup> A importância adquirida por Macau, na segunda metade do século XVI e primeiras décadas da centúria seguinte, estaria na base do equívoco cometido por Faria e Sousa. No seu tempo, qualquer

## HISTORIOGRAFIA

referência a actividades portuguesas no litoral meridional da China ligar-se-ia imediatamente, por associação de ideias, a Macau, único entreposto português então existente. Mas o equívoco cometido por Faria e Sousa fez escola, levando os historiadores modernos a converterem as referências das fontes quinhentistas e seiscentistas à China em referências a Macau, e a centrarem anacronicamente a polémica na eventual presença de Luís de Camões na Cidade do Nome de Deus.<sup>83</sup> Nestas condições, a possibilidade de Camões ter estanciado no Extremo Oriente tem forçosamente de ser um tema controverso. A questão, porém, deve ser reconduzida à sua verdadeira dimensão.

Em 1558-1559, Macau era uma pequena povoação insignificante, formada por improvisadas cabanas de madeira e palha, onde sazonalmente se reuniam os mercadores portugueses que demandavam o litoral da China. A autorização para a fixação dos portugueses na baía de Amacau fora recente: as primeiras referências a tal estabelecimento datam de 1555, e encontram-se em cartas dali escritas por Fernão Mendes Pinto e pelo padre jesuíta Melchior Nunes Barreto.<sup>84</sup> Por esses mesmos anos, os navios portugueses que demandavam o litoral chinês continuavam a procurar outros portos, como Sanchoão, abandonado por volta de 1555, e Lampacau, que ainda era habitado por portugueses em 1560. Macau, portanto, existia já por volta de 1555-1557, não como a cidade próspera que mais tarde se viria a desenvolver, mas como um pequeno entreposto de fronteira, onde se acolhiam periodicamente os mercadores portugueses que circulavam incessantemente pelos mares da China e onde eram levadas a cabo as transacções comerciais periódicas com os chineses.

A existência real deste pequeno entreposto deve ser claramente separada da eventual estadia de Camões no Extremo Oriente. Se o autor de *Os Lusíadas*, de facto, visitou o litoral da China por volta de 1559, teria – tal como o fizera Fernão Mendes Pinto poucos anos antes – desembarcado em Lampacau ou Macau, indiferentemente, pois estes eram os dois portos nessa época frequentados pelos portugueses. A ligação obrigatória de Camões a Macau é uma interpretação de uma certa historiografia macaense, que enferma de evidentes anacronismos. Na ausência de documentação segura,

o assunto torna-se questão de opinião, à margem dos mais elementares princípios da investigação histórica. Deste modo, por exemplo, pôde um reputado historiador escrever que “Camões viveu durante algum tempo em Macau”<sup>85</sup> sem avançar quaisquer provas documentais, enquanto outro se pronunciou a favor da estadia de Luís de Camões na Cidade do Nome de Deus invocando apenas a “tradição”.<sup>86</sup> Mas uma historiografia mais rigorosa, e mais cuidadosa, invocando a total ausência de testemunhos documentais, tem afirmado que Camões nunca conheceu ou visitou o litoral da China.<sup>87</sup>

Com efeito, a partir da análise objectiva das provas documentais actualmente conhecidas – os versos de Camões, as notas de comentadores quinhentistas e seiscentistas da sua obra, e a passagem da versão extensa da *Década VIII* de Diogo do Couto – parece difícil, em extremo, concluir se Camões alguma vez visitou a China. A natureza fragmentária e rudimentar dos seus comentários sobre o Celeste Império sugeriria uma resposta negativa, embora seja impossível chegar a uma conclusão rigorosa, por falta de documentação. Por outro lado, entretanto, o naufrágio camoniano, na eventualidade de se vir a comprovar a sua historicidade, teria tido lugar nas proximidades do Golfo do Sião, como sugere a estância 128 do canto X de *Os Lusíadas*. Apenas neste caso se justificaria que Camões e outros companheiros de infortúnio tivessem aportado à foz do rio Mekong. As vítimas de um naufrágio ocorrido nos Ilhéus dos Parcéis, por exemplo, poderiam mais facilmente atingir Macau ou outro porto do litoral da China frequentado pelos portugueses. Veja-se o episódio relatado pelo padre Baltazar Gago em 1562, de uma nau portuguesa oriunda do Japão que dois anos antes naufragara ao largo da China. Os naufragos conseguiram a custo atingir a ilha de Ainão e daí enviaram um pedido de socorro a Macau por via terrestre. Chegariam finalmente àquele estabelecimento português cerca de seis meses após o desastre.<sup>88</sup> Se, efectivamente, o naufrágio do Poeta teve lugar nas cercanias do delta do Mekong, então é bastante provável que Luís de Camões não seguisse a caminho da China, como normalmente se supõe – pois nesse caso estaria bastante afastado das rotas normais que ligavam Malaca ao litoral chinês –, mas

viajasse antes a bordo de uma embarcação mercantil destinada a algum porto situado no Golfo do Sião ou nas suas imediações, como Ayutia ou Patane, locais que os portugueses frequentavam habitualmente.

De forma a concluir este breve e despretensioso excursão pela questão chinesa da biografia camoniana, podem alinhar-se algumas conclusões. Em primeiro lugar, o eventual naufrágio de Camões, apesar de ser inteiramente verosímil no contexto da navegação portuguesa através dos mares extremo-orientais, não está suficientemente documentado para ser localizável, quer no tempo quer no espaço. Depois, a hipotética viagem de Camões à China, não obstante ter sido realizada por tantos outros portugueses em meados do século XVI, carece igualmente de confirmação documental. Em terceiro lugar, a pretensa residência do Poeta em Macau, embora este porto fosse frequentado pelos portugueses pelo menos desde 1555, não é também documentável. Em seguida, o exercício por Luís de Camões do cargo de provedor ou provedor-

-mor dos defuntos é pouco consentâneo com as normas institucionais que regiam a atribuição desse tipo de cargos na administração portuguesa ultramarina de Quinhentos. Finalmente, os amores do Poeta por uma chinesa, apesar de se enquadrarem perfeitamente no padrão normal de relações sociais estabelecidas na época entre portugueses e asiáticas, permanecem no domínio da especulação. Resumindo, Luís de Camões “pode ter” efectuado uma viagem aos mares da China, “pode ter” naufragado no Golfo do Sião e “pode ter” sido acompanhado na sua viagem por uma companheira chinesa. Mas não foi certamente provedor dos defuntos, nem residiu longos anos em Macau, nem tampouco compôs a sua célebre epopeia – ou partes dela – numa gruta macaense. Contudo, até ao eventual aparecimento de novos documentos, toda a questão chinesa da vida e da obra de Camões continua aberta à especulação, com tudo o que de arbitrário esse método de desvendar o passado comporta. Estamos pois perante mais um desses mitos historiográficos em que é tão fértil o nosso passado. **RC**

## NOTAS

- 1 Sobre a questão chinesa na biografia camoniana, vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e certos*. Apesar das interessantes sugestões que apresenta, o autor adoptou um estilo ensaístico, não identificando devidamente as suas referências documentais e bibliográficas, o que retira à obra uma grande parte da sua eventual utilidade em estudos de tipo académico.
- 2 Vd. A. C. Borges de Figueiredo, *A Geographia dos “Lusiadas”*, passim; e, mais recentemente, Orlando Ribeiro, *Camões e a Geografia*, passim.
- 3 Vd. Jorge Borges de Macedo, “Os Lusiadas” e a História, pp. 77-100; e Roger Bismut, “Fiction et réalité dans *Os Lusiadas*”, pp. 87-107.
- 4 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. X, est. 29.
- 5 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. II, est. 54; c. VII, est. 41; c. X, est. 131. Sobre os contactos portugueses com a China no século XVI, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, passim.
- 6 Vd. Michael N. Pearson, *Coastal Western India*, pp. 41-66.
- 7 Vd. uma exposição recente, e equilibrada, da problemática biografia de Camões em Maria Antonieta Soares de Azevedo, *Quando Camões fala de si*, pp. 291-314; e em Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, pp. 243-265.
- 8 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 3, p. 389.
- 9 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Hernâni Cidade, c. X, est. 128.
- 10 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. 1584, c. VII, est. 80. Cf. A. Lee-Francis Askins, *The “Cancioneiro de Cristóvão Borges”*, p. 216.
- 11 Sobre Manuel Correia, vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e certos*, pp. 13-18.
- 12 É frequente, nas fontes do século XVI e XVII, *Camboja* ser graficamente confundido com *Cambaia*.
- 13 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Correia, c. X, est. 128.
- 14 *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, p. 303.
- 15 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Correia, [p. 5].
- 16 Vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 1, pp. 326-330.
- 17 Vd. um bom resumo do estado da questão, com copiosas indicações bibliográficas, em Martim de Albuquerque, *A Expressão do Poder*, pp. 25-88.
- 18 Garcia de Orta, *Colóquios dos Simples*, vol. 1, pp. 7-9.
- 19 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 114. Sobre Manuel Severim de Faria, vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 2, pp. 80-96.
- 20 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 21.
- 21 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 115.
- 22 Cf. testemunho um pouco mais tardio (de 1582) do *Livro das Cidades, e Fortalezas*, passim.
- 23 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, p. 116.
- 24 O próprio Severim de Faria associa Camões a César, salvando das águas os seus *Comentários (Discursos Vários Políticos*, p. 116).
- 25 Sobre Manuel de Faria e Sousa, vd. Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, vol. 2, pp. 107-116.
- 26 Luís de Camões, *Os Lusiadas*, ed. Manuel Faria e Sousa, c. X, est. 128, col. 544.
- 27 Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, p. 255.
- 28 Ao contrário de Luciana Stegagno Picchio que, animada por um projecto investigativo distinto, assume uma atitude francamente camoniana ao concluir o seu artigo do seguinte modo: “neste momento, tem talvez menos interesse o facto de um homem do

## HISTORIOGRAFIA

- século XVI, chamado Luís de Camões ter efectivamente naufragado, e como, e quando, na foz de um rio chamado Mekong” (“O *Canto molhado*”, p. 265).
- 29 *Epistolae S. Francisci Xaverii*, vol. 2, p. 12.
- 30 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 10 (corrige a leitura de Jordão de Freitas pelo manuscrito original da carta de Leonel de Sousa, que se encontra no ANTT, CC, 1-104-60).
- 31 Sobre a carreira asiática de Leonel de Sousa, vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 19.
- 32 *Le “Livro de Marinbaria”*, p. 120.
- 33 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 29.
- 34 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Hernani Cidade, c. X, est. 128.
- 35 Jordão de Freitas, *O Naufrágio de Camões*, p. 31.
- 36 Vd. Luciana Stegagno Picchio, “O *Canto molhado*”, p. 259.
- 37 Vd. Leodegário de Azevedo Filho, *Introdução à Lírica*, pp. 23-42; e também José Hermano Saraiva, *Vida ignorada de Camões*, p. 338.
- 38 Por Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, p. 86.
- 39 A. Lee-Francis Askins, *The “Cancioneiro de Cristovão Borges”*, p. 207.
- 40 Vd. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, pp. 80-81.
- 41 Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, *passim*.
- 42 *Le “Livro de Marinbaria”*, p. 200.
- 43 *Le “Livro de Marinbaria”*, pp. 107-118.
- 44 *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 8, p. 532.
- 45 A respeito de Barros, vd. Charles R. Boxer, *João de Barros*, *passim*; quanto a Couto, vd. Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, *passim*.
- 46 Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, vol. 1, pp. 469-470.
- 47 João Grave, “Para a história da literatura quinhentista”, pp. 1041-1048.
- 48 Manuel Teixeira, *Camões esteve em Macau*, pp. 21-22.
- 49 Charles R. Boxer, “Was Camoens ever in Macau?”, p. 39.
- 50 Vd. Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*, vol. 1, pp. xi-lv.
- 51 Vd. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, p. 71.
- 52 Sobre o valor documental de Couto, vd. Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, *passim*.
- 53 Vd. Graciete Batalha, “As inspiradoras da Lírica”, p. 87.
- 54 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 55 Vd. Robert van Gulik, *La vie sexuelle dans la Chine ancienne*, p. 330.
- 56 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap. 15, pp. 173-174.
- 57 Vd. Samuel Couling, *The Encyclopaedia Sinica*, pp. 518-519.
- 58 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, cap. 19.
- 59 João de Barros, *Década III*, liv. 6, cap. 1 (vol. 6, p. 14). Vd., a propósito, as observações de Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses*, pp. 11-27.
- 60 “Ansi le roman de Dynamène retrouve-t-il toute sa réalité, même si ce nom, qui figure dans la VIIe Éloge, et que le poète a pu trouver dans l’*Iliade*, est un nom de convention” (Roger Bismut, “Plaidoyer por Dynamène”, p. 93).
- 61 Vd. Afrânio Peixoto, *Camões*, p. 367, n.º 42.
- 62 Graciete Batalha, “As inspiradoras da Lírica”, p. 89.
- 63 Vd. José Maria Braga, *Notes on the Life and Works*, p. 28.
- 64 Manuel Teixeira, *Camões Esteve em Macau*, pp. 27-28.
- 65 *Documenta Indica*, vol. 2, p. 131.
- 66 Vd. Charles R. Boxer, *Relações Raciais no Império*, especialmente pp. 45-84.
- 67 Vd., a título de exemplo, Hernani Cidade, *Lições de Cultura e Literatura*, vol. 1, pp. 247-248.
- 68 Vd. J. S. Silva Dia, *Camões no Portugal de Quinhentos*, *passim*.
- 69 Cf. *Registo da Casa da Índia*, n.ºs 10, 46, 51, 97, 101, 107, 115, etc.
- 70 Charles R. Boxer, *O Grande Navio de Amacau*, p. 151.
- 71 *Livro das Cidades, e Fortalezas*, p. 198.
- 72 Vd. Georg Schurhammer, *Francisco Javier*, vol. 4, pp. 845-854.
- 73 *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 1, p. 914.
- 74 Vd. Joaquim Ferreira, *Camões - Dúvidas e Acertos*, pp. 9-159.
- 75 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 76 Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, pp. 166-167.
- 77 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Hernani Cidade, c. X, est. 130.
- 78 Vd. Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, caps. 17 e 23.
- 79 Cf., por exemplo, João de Barros, *Década III*, liv. 2, caps. 6-8 e liv. 6, caps. 1-2.
- 80 Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento*, liv. 4, caps. 27-31.
- 81 Gaspar da Cruz, *Tratado das Coisas da China*, cap. 22, p. 216.
- 82 Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, pp. 115-116.
- 83 Vejam-se os significativos títulos das obras de Manuel Teixeira, *Camões Esteve em Macau*, e de Jordão de Freitas, *Camões em Macau*.
- 84 Cf. documentos publicados in Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, *passim*.
- 85 Jordão de Freitas, *Camões em Macau*, p. 7.
- 86 Manuel Teixeira, *Camões esteve em Macau*, p. 27.
- 87 Vd. Luís da Cunha Gonçalves, “Camões não esteve em Macau”, pp. 166-167; e Charles R. Boxer, que afirma nomeadamente que “there is no single contemporary book, document, or record extant which makes any allusion, direct or indirect, to the presence of Camoens in Macau” (“Was Camões ever in Macau?”, p. 34).
- 88 Cf. António Franco, *Imagem da Virtude*, vol. 1, pp. 678-683.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Martim de – *A Expressão do Poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- As Gavetas da Torre do Tombo*. Edição de António da Silva Rego. 12 volumes. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977.
- Askins, A. Lee-Francis – *The “Cancioneiro de Cristovão Borges”* [1578]. Braga: Barbosa & Xavier, 1979.
- Azevedo Filho, Leodegário de – *Introdução à Lírica de Camões*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- Azevedo, Maria Antonieta Soares de – “Quando Camões fala de si”. *Arquipélago* (Ponta Delgada), vol. 3, 1981, pp. 291-314.
- Barros, João de – *Ásia - Década III* [1563]. Edição fac-similada de Isabel Vilares Cepeda. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- Batalha, Graciete – “As inspiradoras da Lírica Camoniana à luz da crítica moderna”. *Mosaico* (Macau), vol. 8, n.ºs 47-49, 1954, pp. 77-95.

## HISTORIOGRAPHY

- Bismut, Roger – “Plaidoyer pour Dynamène”. *Bulletin des Études Portugaises* (Lisboa & Paris), N.S., tm. 30, 1969, pp. 89-93.
- “Fiction et réalité dans *Os Lusíadas*”. In *Camões à la Renaissance - Colloque International*. Edição de H. Plard. Bruxelles & Paris: Presses Universitaires de Belgique, Presses Universitaires de France & Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Boxer, Charles R. – *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977.
- “Was Camões ever in Macau?”. *Boletim do Instituto Luís de Camões* (Macau), vol. 14, n.ºs 1-4, 1980, pp. 33-40.
- *O Grande Navio de Amacau*. Macau: Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- *João de Barros - Humanista Português e Historiador da Ásia*. Lisboa: Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2003.
- Braga, José Maria – *Notes on the Life and Works of Luís de Camões*. Camberra: Embassy of Portugal, 1972.
- Camões, Luís de – *Os Lusíadas* [1572]. Edição de Hernâni Cidade. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- *Os Lusíadas*. Lisboa: Manuel de Lira, 1584.
- *Os Lusíadas*. Edição de Manuel Correia. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1613.
- *Os Lusíadas* [1639]. Edição de Manuel de Faria e Sousa. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- Castanheda, Fernão Lopes de – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Edição de M. Lopes de Almeida. 2 volumes. Porto: Lello & Irmão, 1979.
- Cidade, Hernâni – *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*. 2 volumes. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.
- Couling, Samuel – *The Encyclopaedia Sinica*. Hong Kong: Oxford University Press, 1983.
- Cruz, Gaspar – *Tratado das Coisas da China* [1570]. Edição de Rui Manuel Loureiro. Lisboa: Cotovia, 1997.
- Cruz, Maria Augusta Lima – *Diogo do Couto e a Década Oitava da Ásia*. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993-1994.
- Dias, J. S. da Silva – *Camões no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão. 4 volumes. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- Documenta Indica*. 18 volumes. Edição de Josef Wicki. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.
- Epistolae S. Francisci Xaverii*. Edição de Georg Schurhammer & Josef Wicki. 2 volumes. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1944-1945.
- Faria, Manuel Severim de – *Discursos Vários Políticos* [1624]. Edição de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- Ferreira, Joaquim – *Camões - Dúvidas e Acertos*. Porto: Domingos Barreira, s.d.
- Figueiredo, A.C. Borges de – *A Geographia dos “Lusíadas” de Luís de Camões*. Lisboa: Tipografia de Adolfo, Modesto & Cia., 1883.
- Fok Kai Cheong – *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- Franco, António – *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus*. 2 volumes. Évora & Lisboa: Oficina da Universidade, 1719.
- Freitas, Jordão – *Camões em Macau*. Lisboa: Imp. Libânio da Silva, 1911.
- *O Naufrágio de Camões e dos Lusíadas*. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1915.
- Gonçalves, Luís da Cunha – “Camões não esteve em Macau”. *O Instituto* (Coimbra), Sér. 4, vol. 75, 1928, pp. 14-42, 161-177 e 318-342.
- Grave, João – “Para a história da literatura quinhentista - um soneto inédito de Camões?”. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa), vol. 2, 1918, pp. 1041-1048.
- Gulik, Robert van – *La vie sexuelle dans la Chine ancienne*. Paris: Gallimard, 1987.
- Le “Livro de Marinharia” de Gaspar Moreira*. Edição de Léon Bourdon & Luís de Albuquerque. Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1977.
- Livro das Cidades, e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia* [1582]. Edição de Francisco Paulo Mendes da Luz. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.
- Loureiro, Rui Manuel – *Em Busca das Origens de Macau*. Macau: Museu Marítimo de Macau, 1997.
- *A Biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998.
- *Fidalgos, Missionários e Mandarins - Portugal e a China no Século XVI*. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.
- Macedo, Jorge Borges de – “*Os Lusíadas*” e a História. Lisboa: Verbo, 1979.
- Moura, Vasco Graça – *Camões e a Divina Proporção*. Lisboa: s. e., 1985.
- Orta, Garcia de – *Colóquios dos simples e drogas da Índia* [1563]. Edição do Conde de Ficalho. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Pearson, Michael N. – *Coastal Western India - Studies from the Portuguese Records*. Nova Delhi: Concept Publishing, 1981.
- Peixoto, Afrânio – *Camões - Ensaios Camonianos*. São Paulo: LISA, 1974.
- Picchio, Luciana Stegagno – “O Canto molhado: Contributo para o estudo das Biografias Camonianas”. *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris), vol. 16, 1981, pp. 243-265.
- Registo da Casa da Índia*. Edição de Luciano Ribeiro. 2 volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954-1955.
- Ribeiro, Orlando – *Camões e a Geografia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- Saraiva, José Hermano – *Vida Ignorada de Camões*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.
- Shurhammer, Georg – *Francisco Javier - Su vida y su tiempo*. 4 volumes. Pamplona: Gobierno de Navarra, Compañía de Jesús & Arzobispado Pamplona, 1992.
- Serrão, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 12 volumes. Lisboa: Verbo, 1977-1990.
- *A Historiografia Portuguesa*. 3 volumes. Lisboa: Verbo, 1972-1974.
- Teixeira, Manuel – *Camões Esteve em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1981.